



VILAREALSTºANTONIO

ATA Nº. 1/2015

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 6 de Janeiro de 2015.

Aos seis dias do mês de Janeiro de 2015, na Sala de Atos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luís Filipe Soromenho Gomes, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas nove horas e cinco minutos, os Srs. Vereadores Maria da Conceição Cipriano Cabrita, João Filipe de Brito Sol Pereira, João Manuel Lopes Rodrigues, David Matias Murta, Célia Maria Marques da Rosa Paz e José Estevão Correia da Cruz, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40º. da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- ATRIBUIÇÃO DE FUNDOS PERMANENTES PARA O ANO DE 2015;
- CRIAÇÃO DOS FUNDOS DE CAIXA PARA O ANO DE 2015;
- ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CLUBE DE JUIJITSU DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – RATIFICAÇÃO;
- RATIFICAÇÃO DO ACORDO CELEBRADO ENTRE A ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, RELATIVO À REALIZAÇÃO DE UM “ECO EVENTO” DURANTE A PASSAGEM DE ANO 2014/2015, EM MONTE GORDO;
- MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL COM A ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÊNCIA “MÃO AMIGA”;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

2  
b A

FALTAS: - Verificou-se a ausência do Sr. Vereador Luis Miguel Cristo Salvador Salas, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a respetiva falta.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 1.593.091,51€ (um milhão quinhentos e noventa e três mil, noventa e um euros e cinquenta um cêntimos).

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Pelo Sr. Presidente foi proposto a inclusão das seguintes Propostas:

DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA CONSELHEIRO FREDERICO RAMIREZ, Nº 13 EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - AROUND THE SUN UNIPessoal, LDA.

DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA DR. MANUEL DE ARRIAGA, N.º 19 EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - BARÓMETRO- IMOBILIÁRIA, LDA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a inclusão das Propostas.

Handwritten signature and initials in black and blue ink.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que na Avenida Município de la Playa existem duas caixas de esgoto que estão constantemente a debitar água e esta transborda do passeio até à estrada.

Mencionou também que o acesso para viaturas criado junto à Farmácia localizada no Mercado Municipal de Vila Real de Santo António já foi arranjado várias vezes e está outra vez danificado e em más condições. Alertou que há locais de estacionamento exclusivos para os utentes da Farmácia.

O Sr. Presidente propôs que se eliminasse o acesso.

Finalmente, o Sr. Vereador José Cruz solicitou esclarecimentos sobre a obra junto ao Centro de Saúde de Monte Gordo, pois verifica que a mesma não está em execução.

O Sr. Presidente esclareceu que a paragem deveu-se às festividades natalícias.

O Sr. Vereador David Murta questionou o Sr. Presidente sobre qual a data negociada com as instituições nacionais e europeias para a conclusão física e financeira das obras de saneamento e águas financiadas pelo Programa Operacional de Valorização do Território (POVT).

O Sr. Presidente disse que as obras estão dentro dos prazos definidos e no cumprimento das normas do Programa.

O Sr. Presidente informou os Srs. Vereadores que, por seu Despacho datado de 30 de dezembro, o Município procedeu à adesão ao FAM, com o objetivo de adquirir verbas para renegociar o empréstimo do reequilíbrio financeiro com a Banca, na tentativa de baixar as taxas de juro, uma vez que o mercado está favorável a este tipo de acordo.



O Sr. Vereador José Cruz perguntou se essa decisão pode ser com base apenas num Despacho do Sr. Presidente ou se deve ser a Câmara Municipal a deliberar.

O Sr. Presidente esclareceu que pode elaborar o despacho para determinar que se inicie o processo, tendo a posterior decisão do empréstimo que ser submetida à Câmara Municipal.

O Sr. José Cruz referiu que nessa fase a CDU se pronunciará.

O Sr. Vereador David Murta disse que não compreendia como é que se reequilibra a dívida, tendo em conta o afirmado pelo Sr. Presidente, quando se está a pedir mais um empréstimo para pagar dívida. Não sua opinião é mais um empréstimo, logo mais encargos para o Município assumir no futuro.



A handwritten signature in black ink, followed by the initials 'H' in blue ink.

**DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:**

**APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES.**

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias das atas aos membros deste órgão, a Câmara deliberou:

Por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Célia Paz, por não ter estado presente, aprovar a Ata nº. 15 da reunião ordinária realizada em 30 de maio de 2014;

Por maioria, com as abstenções das Sras. Vereadoras Maria da Conceição Cabrita e Célia Paz, por não terem estado presentes, aprovar a Ata nº. 18 da reunião ordinária realizada em 8 de julho de 2014;

Por maioria, com as abstenções do Sr. Presidente e do Sr. Vereador David Murta, por não terem estado presentes, aprovar a Ata nº. 23 da reunião ordinária realizada em 16 de setembro de 2014;

Por maioria, com as abstenções do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Maria da Conceição Cabrita e José Cruz, por não terem estado presentes, aprovar a Ata nº. 24 da reunião ordinária realizada em 30 de setembro de 2014;

Por maioria, com as abstenções do Sr. Presidente e do Sr. Vereador David Murta, por não terem estado presentes, aprovar a Ata nº. 25 da reunião ordinária realizada em 14 de outubro de 2014;

Por maioria, com a abstenção do Sr. Presidente, por não ter estado presente, aprovar a Ata nº. 26 da reunião ordinária realizada em 28 de outubro de 2014;

Por unanimidade, aprovar a Ata nº. 27 da reunião extraordinária realizada em 29 de outubro de 2014;

Por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Célia Paz, por não ter estado presente, aprovar a Ata nº. 28 da reunião ordinária realizada em 11 de novembro de 2014;

Por maioria, com as abstenções do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores Maria da Conceição Cabrita, David Murta e Célia Paz, por não terem estado presentes, aprovar a Ata nº. 29 da reunião ordinária realizada em 25 de novembro de 2014;

Por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador David Murta, por não ter estado presente, aprovar a Ata nº. 30 da reunião ordinária realizada em 9 de dezembro de 2014;

Por unanimidade, aprovar a Ata nº. 31 da reunião extraordinária realizada em 12 de dezembro de 2014.

#### ATRIBUIÇÃO DE FUNDOS PERMANENTES PARA O ANO DE 2015.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, documento que constitui parte integrante da respetiva ata, no sentido de ser autorizado a constituição dos seguintes fundos para a respetiva finalidade:

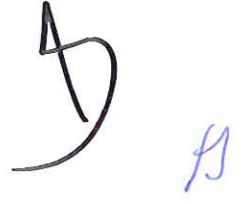
4  
b  
A

1 - A atribuição de dois fundos permanentes no valor de 2.000,00 € cada ao Dr. David Miguel Vasques da Silva, no âmbito das funções desempenhadas como Chefe de Gabinete, destinados a fazer face a despesas imprevisíveis e em que o seu não pagamento possa comprometer o bom funcionamento do Município nas classificações orçamentais 01.02.02.02.25.03 e 01.02.02.01.21, ficando ambos à responsabilidade do mesmo.

2 - A atribuição de um fundo permanente no valor de 1.000,00 € à Dr<sup>a</sup>. Paula Cristina Leal Horta, no âmbito das funções desempenhadas na Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, destinado a fazer face a despesas correntes imprevisíveis em que o seu não pagamento possa comprometer o bom funcionamento administrativo do Município, ficando à responsabilidade da mesma.

3 - A atribuição de um fundo permanente no valor de 1.000,00 € à Eng<sup>a</sup>. Vanda Sofia Cipriano Palma, no âmbito das funções desempenhadas na Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, destinado a fazer face a despesas decorrentes de inspeções e reinspeções de veículos, combustível em postos de abastecimento fora do programa de frota e portagens de veículos sem via verde, ficando à responsabilidade da mesma.

4 - A atribuição de um fundo permanente no valor de 1.000,00 € à Dr<sup>a</sup>. Ana Teresa Roberto Palma Guerreiro, no âmbito das funções desempenhadas na Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, destinado a fazer face a despesas decorrentes de custas em processos judiciais e em virtude da sua natureza o pagamento ter que ser efetivado no próprio ato, ficando à responsabilidade da mesma.



#### CRIAÇÃO DOS FUNDOS DE CAIXA PARA O ANO DE 2015.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado a criação de um Fundo de Caixa afeto ao Parque Municipal de Campismo de Monte Gordo, no montante de 5.000 euros, com reposição semanal (em regra à segunda-feira), a criação de um Fundo de Caixa afeto à Tesouraria Municipal, no montante de 5.000 euros, com reposição diária, e que sejam autorizados movimentos de recebimentos e pagamentos na Caixa da Tesouraria Municipal, desde que os movimentos registados em simultâneo não provoquem alterações no saldo diário, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

#### ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO AO CLUBE DE JUIJITSU DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – RATIFICAÇÃO.

O Sr. Vereador José Cruz questionou sobre a necessidade da proposta vir a ratificar.

A Sra. Vice-Presidente esclareceu que as inscrições para participar no Open tinham que ser realizadas até dia 30 de dezembro, daí a urgência.

O Sr. Vereador José Cruz mencionou que se recorre constantemente à ratificação de propostas, o que demonstra pouca organização. Aludiu que esse procedimento não devia acontecer constantemente, pois esse é um ato nobre que só deve ser utilizado em último caso.



Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser ratificado o seu Despacho, que autorizou a atribuição de um apoio financeiro ao Clube de Jujitsu de Vila Real de Santo António, no valor de 1.500,00 €, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz foi formulada a seguinte declaração de voto:

“ A Bancada do PS vota favoravelmente a proposta, no entanto, não pode deixar de mencionar que a mesma deveria estar suportada pela existência de um contrato-programa de desenvolvimento desportivo para o Concelho.”

**RATIFICAÇÃO DO ACORDO CELEBRADO ENTRE A ALGAR – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, S.A. E O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO, RELATIVO À REALIZAÇÃO DE UM “ECO EVENTO” DURANTE A PASSAGEM DE ANO 2014/2015, EM MONTE GORDO.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vice-Presidente, Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser ratificado o acordo em anexo celebrado entre a Algar – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, SA e o Município de Vila Real de Santo António, relativo à realização de um “Eco Evento” durante a Passagem de Ano 2014/2015, em Monte Gordo, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



A

## MINUTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL COM A ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÊNCIA “MÃO AMIGA”.

O Sr. Vereador David Murta enalteceu o trabalho desenvolvido pela Associação “Mão Amiga” e abordou a questão dos Contratos de Emprego e Inserção (CEI), manifestando a preocupação sobre este tipo de política de emprego fomentada e incentivada pelo executivo PSD.

Por fim, solicitou que lhes fossem entregues dois relatórios: um sobre a medição/execução do plano local de emprego e outro com a listagem de colocações de pessoas (número e respetivos locais) através de Contratos de Emprego e Inserção nos últimos 3 anos, ao abrigo de protocolos de cooperação deste género.

A Sra. Vereadora Célia Paz questionou que tipo de acompanhamento se faz no terreno sobre este género de contratos.

O Sr. Vereador José Cruz alertou para a necessidade de se corrigir o valor mencionado na proposta e mencionou que numa análise que realizou a diversos acórdãos do Tribunal de Contas concluiu que este tipo de apoios são atribuídos no princípio da boa-fé e com pouco controlo e fiscalização por parte das entidades públicas, em especial as autarquias locais. Um desses exemplos é as famílias apoiadas por carência poderem escolher no supermercado bens não essenciais. Deixou o alerta para que se efetue um controlo muito apertado nas atribuições destes tipos de subsídios, em especial os que envolvem valores elevados.

A

O Sr. Vereador David Murta mencionou que a Associação Mão Amiga não necessita de cento e trinta trabalhadores. Mas vai-se habituando a população a este tipo de trabalho e o PS considera que esse não é o caminho correto, devendo o Executivo repensar a política de emprego.

A Sra. Vereadora Célia Paz referiu que é de louvar o trabalho que a Mão Amiga está a desenvolver no concelho e nesse sentido tem toda a lógica o protocolo que está a ser apresentado. Disse ainda no que diz respeito aos 130 CEI que constam neste protocolo, que todos sabem que não são para a Associação Mão Amiga, mas sim para colmatar algumas falhas de falta de funcionários que infelizmente existem nas instituições e principalmente nas escolas e mais ainda uma forma de ajudar a quem está em situação de desemprego. No entanto em relação a este facto, alertou para a realidade do concelho, pois praticamente são sempre os mesmos indivíduos a usufruírem destes contratos. Não há uma rotatividade, a maioria das pessoas já estão tão habituados a viver de trabalho precário, pois têm não só isenção de taxas como cartões familiares e outros tantos benefícios, o que leva a que muitos deles não se preocupem em encontrar outro tipo de emprego, tornando-se um ciclo vicioso. Mencionou ainda que, na sua opinião, o pessoal responsável por esta área devia controlar mais este tipo de situações e fazer um trabalho de terreno, não sendo apenas o preenchimento de formulários, mais sim efetuarem uma análise mais detalhada das candidaturas e incentivá-los e encaminhá-los para algumas entidades privadas.

O Sr. Presidente disse que o CLDS+ tem essa função e que em breve será apresentada a devida análise. Citou também que há desemprego em todo o País e que a Câmara Municipal está a efetuar tudo o que pode, embora esteja consciente que a atuação não é a ideal mas são as medidas que, nesta fase, estão ao alcance da Câmara Municipal.



= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a minuta de acordo de cooperação a celebrar entre o Município de Vila Real de Santo António e a Associação de Beneficência Mão Amiga, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

Pelos Srs. Vereadores David Murta e Célia Paz, foi formulada a seguinte declaração de voto:

“ A Bancada do PS vota favoravelmente a proposta, no entanto, não pode deixar de mencionar que a mesma deveria estar suportada pela existência de um contrato-programa de desenvolvimento social para o Concelho.

**DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA CONSELHEIRO FREDERICO RAMIREZ, Nº 13 EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - AROUND THE SUN UNIPessoal, LDA.**

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo 7598, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 60 m<sup>2</sup>, destinado a habitação, localizado na Rua Conselheiro Frederico Ramirez, nº 13, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da Informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.





DIREITO LEGAL DE PREFERÊNCIA – IMÓVEL INSERIDO NO NÚCLEO HISTÓRICO POMBALINO - RUA DR. MANUEL DE ARRIAGA, N.º 19 EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - BARÓMETRO- IMOBILIÁRIA, LDA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito legal de preferência na transação do prédio urbano inscrito na matriz predial sob o artigo 1116, com a área bruta privativa (área prevista no artigo 40.º do CIMI) de 242 m<sup>2</sup>, destinado a habitação, localizado na Rua Dr. Manuel de Arriaga, nº 19, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da Informação da Divisão Jurídica e Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Não se registaram intervenções.

MINUTA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 9 horas e 40 minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, FRANCISCO JOSÉ LEIRIA SABINO, Chefe da Divisão de Atividades Económicas a redigi, subscrevo e assino.

